



Amazônia, o buraco negro do CO₂ brasileiro?

Gerson Luiz Selle¹ e Elisabete Vuaden²

Fala-se muito em aquecimento global e que os oceanos irão aumentar devido ao descongelamento das calotas polares. Na verdade, o que é o aquecimento global? É um fenômeno provocado pelo acúmulo de gases na atmosfera, fazendo com que o calor do Sol fique concentrado junto à superfície da Terra. Esse fenômeno é ocasionado pela combustão de derivados do petróleo ou pela queima de florestas emitindo grandes quantidades de gás carbônico (CO₂) para a atmosfera.

Qual a relação que existe entre a Amazônia, o aquecimento global e a emissão de CO₂

Segundo cientistas de institutos de pesquisas e ONGs ambientalistas como a WWF-Brasil e Greenpeace, a pecuária é a grande responsável pelo desmatamento de cerca de 75% na região amazônica. Com a queima das árvores para transformar áreas em pastagens, são lançados ao céu cerca

de 120 toneladas de CO₂ por hectare, sendo essa, conforme os pesquisadores, a maior fonte de lançamento de gás carbônico na atmosfera feita por nosso país. Como o solo da região é pobre, 70% das áreas desmatadas são abandonadas, pois é mais fácil desmatar novas áreas do que recuperar as já abertas.

Para essas ONGs, o valor para frear a destruição da Amazônia seria em torno de R\$ 1 bilhão/ano. Os pesquisadores indicam que, para se dar um basta nas derrubadas, seria necessário criar um fundo capaz de gerir esse valor.

Como se poderia parar com as derrubadas na Amazônia

A primeira frente seria, com a concretização desse fundo, criar novas bases de fiscalização na fronteira do desmatamento, com a contratação de mais funcionários pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) (que hoje conta



Fonte: www.meioambiente.blogspot.com.br.

Queima de florestas emite grandes quantidades de CO₂ para a atmosfera

¹Eng. florestal, doutorando, UFSM/CCR/Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Campus Universitário, 97105-900 Santa Maria, RS, fone: (55) 3220-8336, e-mail: hs@smail.ufsm.br.

²Eng. florestal, mestranda, UFSM/CCR/Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, fone: (55) 3220-8336, e-mail: elisabetevuaden@yahoo.com.br.

com 1.400 funcionários para fiscalizar 64 milhões de hectares – um fiscal/45.714ha), com um custo de R\$ 350 milhões/ano.

A segunda frente seria incentivar as atividades econômicas sustentáveis. Hoje, infelizmente, é mais fácil obter autorização para derrubar a floresta do que para fazer derrubada seletiva de árvores. Deveriam ser criados programas de assistência técnica para o manejo sustentável das matas, o que teria um custo aproximado de R\$ 300 milhões/ano.

Uma terceira frente, e a mais polêmica, seria reduzir o desmatamento, criando incentivos financeiros à preservação.

Como funcionaria a terceira frente

Para os pesquisadores, os proprietários rurais legalizados receberiam valores compensatórios para manter as áreas preservadas. Para esse mecanismo ser posto em prática as cifras ficariam em R\$ 350 milhões/ano.

Porém, antes da implementação dessa terceira frente, o governo deveria fazer a regularização fundiária, pois mais de 30% da Amazônia são terras devolutas, ou seja, pertencentes ao Estado ou à União. Só para se ter uma ideia, no Estado do Pará, mais da metade do território é formado por terras públicas.

A falta de controle por parte dos órgãos governamentais sobre essas áreas induz ao avanço desenfreado do desmatamento ilegal e a conflitos no campo. O País derruba uma área correspondente ao Estado de Sergipe a cada 2 anos.

De onde viria a cifra de R\$ 1 bilhão para o custeio do plano

Para os idealizadores, a primeira ideia seria a criação de um novo imposto específico sobre as fontes emissoras de poluição, como a gasolina e a mineração. Uma segunda opção seria usar parte dos recursos do ICMS arrecadado nos Estados da Amazônia. E a terceira opção, a mais atraente, seria conseguir verbas externas. Se os países que integram a Conferência das Partes (COP)³ aceitarem a inclusão das florestas tropicais nos acordos internacionais, o Brasil poderá receber investimentos do mercado de crédito de carbono de empresas emissoras de gases de outros países. Com isso, a venda de créditos de carbono poderia evitar o desmatamento e, sozinho, custear o projeto.

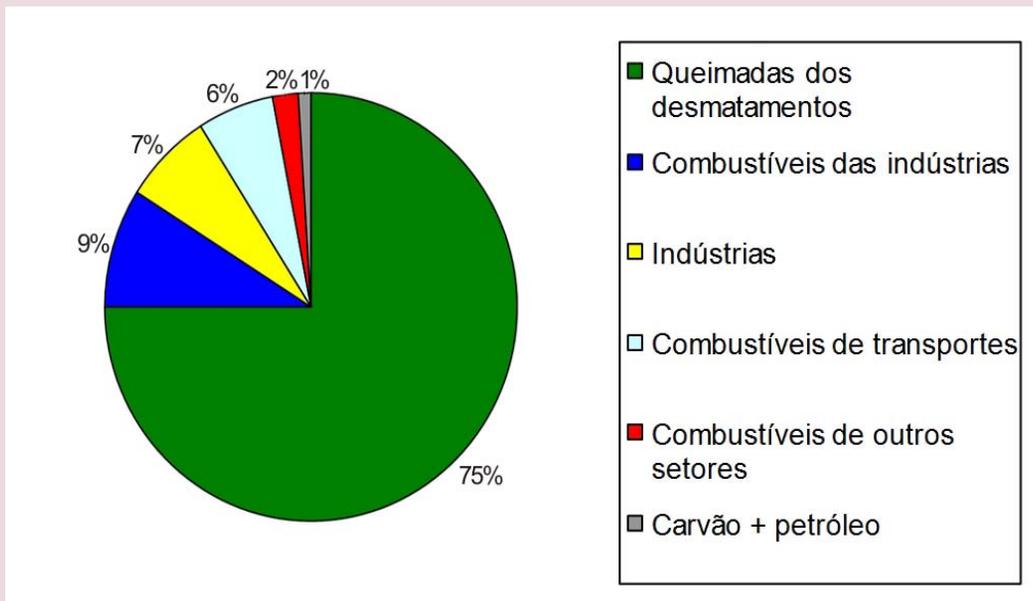
O Brasil é um dos poucos países que podem se orgulhar de sua matriz energética. Temos mais de 80% de nossa eletricidade gerada por hidrelétricas, que não depende da queima

de combustíveis fósseis nem gera resíduos radioativos. Também é um dos únicos países que têm um programa de geração de combustíveis mais inovadores do mundo. Aproximadamente 45% dos automóveis são movidos com combustíveis derivados de fontes renováveis, tais como o álcool e o biodiesel, e esses combustíveis contribuem pouco para o aquecimento do planeta. A média mundial é de menos de 15%.

Se não fosse o desmatamento e suas queimadas, o Brasil estaria isento de culpa pelas mudanças climáticas. O desafio está lançado, o projeto chamado de “Pacto pela Valorização da Floresta e Fim do Desmatamento na Amazônia” é uma ideia que deve ser levada em consideração, pois tem plenas condições de ter bom êxito. O que falta é uma boa dose de vontade política para a solução.

Literatura consultada

PECUÁRIA é responsável por 70% do desmatamento. Revista Madeira, n.109, dez. 2007. ■



Emissões de CO₂ no Brasil

³A Conferência das Partes (COP) é o órgão supremo decisório no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). As reuniões da COP são realizadas a cada 2 anos. Trata-se de reunião de grande porte que conta com a participação de delegações oficiais dos 188 membros da Convenção sobre Diversidade Biológica (187 países e um bloco regional), observadores de países não-partes, representantes dos principais organismos internacionais (incluindo os órgãos das Nações Unidas), organizações acadêmicas, organizações não-governamentais, organizações empresariais, lideranças indígenas, imprensa e demais observadores.